



FRIDA
Em mais um passeio organizado pela AdUFRJ, professores admiraram a exposição sobre a artista, no Forte de Copacabana.

Página 6

ADUFRJ INICIA ARTICULAÇÕES PARA ALTERAR ARCABOUÇO FISCAL

Página 3



EXAUSTÃO

MARCA COMEÇO DO SEMESTRE

> Curto período de recesso entre o fim de 2023/1 e o início de 2023/2 é alvo de críticas. Docentes ouvidos pela reportagem apontam cansaço e preocupação com a própria saúde, de colegas e estudantes. Universidade ainda tenta ajustar o calendário acadêmico, prejudicado desde a pandemia de covid-19. **Página 7**

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Estamos na reta final de nosso mandato na AdUFRJ. No próximo domingo, termina o prazo de inscrição das chapas que irão concorrer às eleições de setembro. Torcemos por um debate fraterno que fortaleça o movimento docente, a universidade pública e a democracia.

Nesses 24 meses de intenso trabalho, achamos que nossa gestão traduziu em dois pontos o preceito de que o sindicalismo precisa encontrar novas formas de luta — visão que, desde 2015, com a vitória da chapa da professora Tatiana Roque, lidera a AdUFRJ.

O primeiro ponto que nos identifica é bastante palpável. Realizamos uma ampliação significativa do cardápio de serviços, transformando uma proposta outrora genérica em algo mais próximo da identidade docente.

Isso transparece nos passeios histórico-culturais, no curso de inglês e na renovação e ampliação do atendimento jurídico, com novas estratégias de defesa dos direitos dos professores e perspectivas reais de ganhos materiais.

Ainda no quesito serviços, também há um diferencial político significativo nas tratativas com os professores. Implantamos a eleição remota e melhoramos a atuação nas redes. São iniciativas que, somadas, retratam nossa compreensão de que sindicalismo também é acolhimento. Nas páginas 4 e 5 desta edição registramos um pouco dessas atividades.

O outro ponto que arremata a caracterização de nossa gestão é a inserção da AdUFRJ no calendário político nacional, com uma articulação permanente com atores relevantes na construção das políticas públicas nacionais. Temos conseguido colocar a AdUFRJ na rota dos grandes temas brasileiros, seja com os estudos do Observatório do Conhecimento, onde exercemos a coordenação dos trabalhos, seja via a própria seção sindical. Na página ao lado, há um exemplo importante dessa atuação: na última quinta-feira, estivemos em Brasília para importantes articulações em torno de mudanças no arcabouço fiscal.

Articulação nacional não nos exime, no entanto, da luta local. Na página 7, nossa reportagem denuncia o cansaço dos docentes que, ontem, retomaram as aulas do segundo semestre de 2023 sem tempo para recuperar o fôlego. É o tema de nossa capa desta edição.

Por fim, mas não menos importante, encerramos o jornal com uma análise sobre os últimos ataques do governo de São Paulo à Educação, com a vigilância de docentes em sala de aula e a retirada de livros didáticos do MEC, substituídos por material digital. Toda nossa solidariedade aos paulistas e nosso empenho renovado contra todas as formas de obscurantismo.

Boa leitura!

PS: No fechamento dessa edição, recebemos com alegria a notícia da ampliação da política de cotas raciais, tema tão emocionante quanto relevante, para a transformação do destino de milhões de brasileiros. No próximo jornal, ofereceremos um material mais denso e analítico sobre o tema.

CÂMARA
APROVA
AVANÇOS
NA LEI DE
COTAS

■ A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (9) o Projeto de Lei 5384/20, que reformula a Lei de Cotas. Houve três mudanças. A principal é quanto à ampliação das possibilidades para os cotistas. Antes restritos às vagas destinadas aos subgrupos de cotas, agora os estudantes concorrerão às vagas gerais e só se não alcançarem a nota necessária é que concorrerão às cotas.

Além disso, os quilombolas foram adicionados ao sistema de cotas e houve redução da renda familiar per capita para se inscrever no sistema. Agora, o limite de renda é de até um salário mínimo por pessoa da família. Atualmente a renda permitida é de 1,5 salário mínimo. Os deputados mantiveram a reavaliação da lei a cada década.

Diretora da AdUFRJ, a professora Nedita do Espírito Santo considera a aprovação uma importante conquista para todos aqueles que defendem a democratização do acesso às universidades. “O fato de deixar de restringir os cotistas a 50% das vagas tende a aumentar a presença desses grupos no ensino superior, o que é muito positivo”, disse. “Os quilombolas também são um grupo importante e negligenciado por muitos anos. Importante a inclusão”, frisou.

O texto aprovado é o substitutivo da relatora, a deputada Dandara (PT-MG). O original era da deputada Maria do Rosário (PT-RS). O PL segue agora para votação no Senado.

ELEIÇÃO DA ADUFRJ: DOCUMENTOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA INSCRIÇÃO

Já estão disponíveis no site da AdUFRJ os documentos necessários à inscrição de candidatos à diretoria e ao Conselho de Representantes. Podem candidatar-se os docentes sindicalizados até 15 de maio de

2023 que estejam em dia com suas contribuições. As eleições, ocorrerão em 13 e 14 de setembro.

As chapas para a diretoria podem se inscrever até 13 de agosto. Já o dia 2 de setembro,

um sábado, é o prazo final para a inscrição de candidatos ao Conselho de Representantes. No caso do CR, as inscrições devem ser feitas por meio de listas, que podem ter de um a seis candidatos — o número

varia conforme o número de sindicalizados de cada local. Até 60 sindicalizados: 1 representante; de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

ABNT MUDOU REGRAS SOBRE CITAÇÕES

Após 21 anos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas atualizou as regras sobre citações no mês passado (veja quadro). Para entender o impacto das mudanças nos trabalhos acadêmicos, o Jornal da AdUFRJ conversou com Amanda Moura, coordenadora substituta do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI). Confira a seguir:

O que muda para os professores?

Os professores, sobretudo os que ministram disciplinas de metodologia de pesquisa, precisam comunicar os alunos sobre a publicação da atualização da norma, pois ela já está valendo. E procurar a biblioteca que atende o curso para tirar dúvidas é sempre um bom caminho.

A alteração vale também para os professores que estão fazendo mestrado, doutorado (em suas dissertações/teses) e nas publicações em revistas científicas, não?

Attenzione! A norma de Citações foi atualizada!

VERSÃO ANTIGA (ABNT 10520/2002)	VERSÃO NOVA (ABNT 10520/2023)
As citações aparecem no texto no topo de página.	As citações podem aparecer em qualquer parte do documento.
Citações dentro do parêntese em letras minúsculas.	Citações dentro do parêntese em letras maiúsculas e minúsculas. Ex: (Silva, 2022, p. 15).
O ponto final é usado para encerrar a citação.	O ponto final deve ser usado para encerrar a frase e não a citação.
As citações diretas, acrescenta-se o data de publicação e a paginação.	Em citações diretas, acrescenta-se o data e o número da página da localização, se houver.
Não é necessário colocar expressões de respeito dentro das citações.	As expressões de respeito não devem vir em citações. Ex: (Silva, 2022, p. 15).
As citações devem ser feitas com o uso de links.	As citações devem ser feitas com o uso de links.
Quando referenciado com risco de não ser mencionado.	As citações devem ser feitas com o uso de links.
Q: et al. constata somente na norma de referências.	Para citações com quatro ou mais autores, deve ser citado o primeiro autor seguido de expressão et al.

<https://www.sibi.ufrj.br/> @siblufrj

Com certeza! Quem publica qualquer comunicação científica ou acadêmica que envolva citações deve ficar atento às normas.

Todas as bibliotecárias do sistema já estão a par destas mudanças para orientar professores e alunos?

As mudanças já foram amplamente divulgadas nas mídias e site do SiBI, e nossa rede de bibliotecas está à disposição para qualquer orientação necessária. O Manual Para Elaboração de Teses e Dissertações está sendo atualizado e, em

breve, será disponibilizado. **Qual sua avaliação sobre as alterações?**

A avaliação geral é positiva, pois a norma anterior não explicava os detalhes das citações com muita clareza. A maioria das mudanças foi para melhor, como o fim da caixa alta para indicação dos autores entre parênteses e a possibilidade de indicar a localização do trecho citado, o que é fundamental em textos que não são paginados. Em termos de trabalho, não muda muita coisa. É só mesmo ter o cuidado de se atualizar sobre

O que são gerenciadores de referência?

São plataformas ou aplicativos para criação de bibliotecas de documentos de interesse do pesquisador ou aluno, para facilitar as citações e listas de referências. Algumas contam com plugins para citação automática no Word, como, por exemplo, Mendeley, Endnote e Zotero.

A aplicação da regra é imediata?

Os professores precisam ter bom senso com relação aos alunos que estão concluindo seus trabalhos. É quase impossível para alguém que vai defender um trabalho acadêmico em uma semana ou um mês alterar tudo que já estava pronto. É preciso ter essa compreensão e exigir a atualização para quem ainda tem algum tempo para concluir. (Kelvin Melo)



Em maio de 2022, a AdUFRJ se engajou na campanha “Um passo pra dentro e muitos pro mundo”, do coletivo Perifa Connection, da Coalizão Negra por Direitos e do Observatório do Conhecimento. A ação tinha por objetivo sensibilizar a sociedade e os parlamentares sobre a importância da manutenção da Lei de Cotas, cuja revisão estava prevista para o ano passado.

AdUFRJ defende mudanças no arcabouço fiscal

> Vice-presidente do sindicato cumpriu extensa agenda em Brasília para discutir com parlamentares e Executivo propostas dos docentes para o projeto que tramita no Congresso

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A diretoria da AdUFRJ quer mudanças no projeto de lei do Regime Fiscal Sustentável (PLP 93/2023), mais conhecido como Novo Arcabouço Fiscal. Embora defendam a ideia do projeto, os diretores criticam um dispositivo que trata do congelamento de salários do funcionalismo. Para demonstrar insatisfação e articular mudanças no projeto, a vice-presidente Mayra Goulart participou de extensa agenda em Brasília na última quinta-feira, dia 10. Em conversa com parlamentares e representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, a diretora apresentou um ofício preparado em conjunto com a nova assessoria jurídica do sindicato.

Atenta às pautas de interesse nacional e dos professores universitários, a AdUFRJ reconhece que o arcabouço é um avanço na política econômica, em relação à herança deixada por Temer e Bolsonaro, mas ainda precisa ser aprimorado. A grande crítica da diretoria do sindicato é a existência do terceiro parágrafo do artigo primeiro do texto, que condiciona reajustes do funcionalismo à meta de arrecadação fiscal. O gatilho, que não fazia parte do projeto original, foi inserido pelo relator, o senador Omar Aziz (PSD-AM).

No ofício apresentado pelo sindicato, a diretoria argumenta que “pesquisas recentes que esmiúçam as remunerações do funcionalismo público escancaram que as despesas são avulsadas por pequena parte que ganha supersalários, e não pela maioria que presta serviço público”. Os dirigentes afirmam, ainda, não ser “razoável imperar, em um governo popular, a lógica rasa de que o serviço público no Brasil é gasto excessivo”.

A diretoria finaliza o ofício reivindicando que o Ministério da Fazenda “atue e se posicione pela derrubada” do parágrafo, “bem como todo dispositivo que tenha como efeito o congelamento da remuneração do conjunto de servidores públicos e a paralisação do investimento no serviço público”.

GOVERNO NÃO TEM PROPOSTA DE NOVO REAJUSTE SALARIAL

A primeira reunião da Mesa Permanente de Negociação entre servidores e o governo federal, para tratar da campanha salarial de 2024, não teve avanços. O encontro aconteceu na tarde desta quinta-feira, dia 10, em Brasília. Diferente das reuniões que levaram à construção da recomposição de 9% dos salários, desta vez não houve participação do primeiro escalão do governo.

Os representantes do governo

federal informaram que ainda não há uma proposta construída para o reajuste do ano que vem. E estabeleceram que a elaboração de um índice depende da aprovação do arcabouço fiscal, em tramitação no Congresso.

Uma das reivindicações dos sindicatos que representam os servidores do Executivo federal é a equiparação dos benefícios com os servidores dos demais poderes — os funcionários do Legislativo e Judiciário chegam



MAYRA GOULART
em encontro com representantes do Executivo e Legislativo, em Brasília

A professora Mayra Goulart avaliou positivamente os encontros, que foram articulados em parceria com a assessoria política do deputado federal Alexandre Lindenmeyer (PT-RS). “Houve receptividade não só em relação ao nosso documento, mas também em relação à agenda do Observatório do Conhecimento, que acontece na semana que vem”, destacou a docente.

No Ministério da Fazenda, os representantes sublinharam que o projeto original não tinha nenhum tipo de gatilho ao contin-

genciamento obrigatório de gastos, contou Mayra. “Justamente porque foi uma iniciativa do relator, nós realizamos reunião também com o gabinete do senador Omar Aziz”, explicou a diretora da AdUFRJ.

“Reforçamos que este arcabouço é muito melhor que o teto de gastos, porque ele permite o acompanhamento perene das metas, que são definidas e redefinidas anualmente”, disse a professora. “Assim, a cada ano a gente tem possibilidade de revisar esse congelamento, caso ele

a receber mil reais em auxílio-refeição, ao passo que os do Executivo recebem atualmente R\$ 628. Além disso, reforçam que as perdas acumuladas em sete anos superam os 30% para todos os grupos, mesmo depois da recomposição de 9% concedida em maio deste ano.

As propostas apresentadas pelos servidores ao governo foram divididas em dois blocos. O primeiro indica 53,05% de reajuste aos funcionários que tiveram duas cotas de reajuste após a negociação da greve de 2015, divididos em três parcelas: 15,25% em 2024; 19,85% em 2025; e 19,85% em 2026.

O segundo bloco reivindica 39,82% de aumento a quem recebeu quatro cotas de reajuste a partir de 2015, divididos em três parcelas: 11,82% em 2024; 16,29% em 2025; e 16,29% em 2026. Os professores federais compõem o primeiro grupo.

“Manifestamos nossa insatisfação com a ausência de proposta e cobramos celeridade na definição de um percentual de recomposição das perdas acumuladas”, criticou o presidente do Fonacate — fórum que congrega as carreiras típicas de Estado —, Rudinei Marques.

O representante do Fonasefe — fórum que reúne os sindicatos

permaneça”.

Apesar da crítica pontual, Mayra, que é cientista política de formação, destaca que o arcabouço acaba com o piso ainda vigente para a Saúde e Educação. O que possibilitará um incremento de R\$ 40 bilhões para as áreas. “Essas são políticas públicas perenes. Inclusive têm um caráter contracíclico, porque muitas das pessoas que, num momento de bonança contratam esses serviços no mercado privado, num momento de crise vão precisar do setor público”.

Na próxima sexta-feira, dia 18, AdUFRJ e Observatório se reúnem com a Secretária de Educação Superior do MEC, Denise Pires de Carvalho. A ideia é discutir a questão orçamentária da Educação e reforçar o quanto a possibilidade de congelar salários é nefasta para os servidores públicos. “A gente acredita que essas novas formas de luta, que contemplam a atuação junto aos tomadores de decisão, são um dos caminhos importantes para a AdUFRJ garantir e defender os interesses da categoria”, concluiu a vice-presidente.

–, David Lobão, considera que a reunião não foi produtiva para o funcionalismo público. “O governo afirmou que a ministra Esther Dweck está batalhando para conseguir um índice de reajuste, mas até agora não há qualquer proposta e nem previsão. Foi uma reunião muito ruim”.

Os docentes universitários federais foram representados pela professora Maria Lucia Lopes, 3ª vice-presidente do Andes. De acordo com a dirigente, o sindicato vai intensificar as ações de pressão pela recomposição das perdas.

(Silvana Sá)

CEM MIL SERVIDORES DEIXARAM O EXECUTIVO EM SETE ANOS

Levantamento foi realizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, cuja titular é a professora Esther Dweck, do Instituto de Economia da UFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Em meio às articulações para barrar a PEC 32, da reforma administrativa, surgem mais informações que reforçam a tese de que o Brasil precisa investir mais e melhor no serviço público federal. Levantamento do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) descobriu que nos

últimos sete anos quase cem mil servidores se desligaram de seus cargos no Executivo federal. As razões das vacâncias são variadas: mortes e aposentadorias lideram a lista. Em menor quantidade estão pedidos de exoneração. Nenhuma dessas vagas foi repostas nos governos Temer e Bolsonaro.

O ministério mapeou as áreas mais afetadas e com risco para execução de serviços. O estu-

do apontou uma redução mais acentuada da força de trabalho nas áreas social (-15,7%), infraestrutura (-16%), economia (-7,7%) e governo (-8,7%), entre os anos de 2017 e 2023.

“O MGI está ciente da necessidade de recomposição dessa força de trabalho para implementar as políticas públicas necessárias”, informou a pasta por meio de sua assessoria. “Somente neste ano, já autorizou mais de oito mil vagas para novos concursos públicos”.

Em recente entrevista, a ministra Esther Dweck afirmou que pretende autorizar mais oito a dez

mil vagas até o final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É difícil dizer qual área está mais carente de pessoas hoje no serviço federal porque realmente houve uma redução muito, muito grande do quantitativo, para além do que seria razoável diante de uma modernização digital”, pontuou a titular da pasta.

A ministra também apontou a importância de modernizar o Estado brasileiro. Hoje, há 10.506 cargos efetivos de nível médio vagos, em funções que já não são mais necessárias ao Executivo, como digitadores, por exemplo.

O MGI propôs a transformação desses cargos em outros 6.692 de nível superior. “Há uma redução de quantitativo, porém serão cargos mais qualificados. Estamos modernizando e qualificando o Estado brasileiro para prestar melhores serviços públicos”, justificou.

Na edição passada, o Jornal da AdUFRJ apresentou dados que comprovam que o Estado não é inchado e que a maioria de seus servidores tem média salarial baixa. O levantamento foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Releia: <https://bit.ly/caemosmitos>.

POLÍTICA & ACOLHIMENTO

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Ação política intensa dentro e fora dos muros da UFRJ e a oferta de um variado e cada vez mais atraente cardápio de serviços para os filiados. Assim pode ser resumida a atuação da diretoria da AdUFRJ que encerra o mandato daqui a dois meses. “Esta diretoria se caracteriza por não observar, de uma maneira dicotômica, esses dois planos: o da luta e o da assistência, que a gente também pode chamar de acolhimento”, afirma a vice-presidente Mayra Goulart. “Acreditamos que essas duas dimensões são ligadas e essenciais neste movimento docente do qual fazemos parte e que quer reinventar o sindicalismo tradicional”, completa.

BALANÇO DA GESTÃO 2021-2023

ASSEMBLEIAS

Uma das diretrizes do mandato foi ampliar a participação dos docentes nas decisões do sindicato. Duas assembleias foram emblemáticas:

18/3/22 - na maior votação da história da AdUFRJ sobre uma proposta de greve, 1.076 professores participaram: 883 contra, 169 a favor e 24 se abstiveram;

28/6/23 - modernização do Regimento Eleitoral da AdUFRJ: a partir deste ano, a escolha da diretoria e do Conselho de Representantes será feita por voto remoto, via sistema Hélios.



POLÍTICA

de 23/5/22 a 6/6/22 - ciclo de debates com políticos organizado pela AdUFRJ e pela Associação dos Pós-graduandos sobre o papel da educação e da ciência na reconstrução do estado;

20/3/23 - café da manhã com políticos, no Fórum de Ciência e Cultura: para mostrar o trabalho realizado por centenas de professores da universidade, a AdUFRJ organizou um café da manhã com os parlamentares do Rio de Janeiro, representantes eleitos em outubro para a Assembleia Legislativa e para a



Câmara dos Deputados;

11/4/23 - sindicato entrega aos candidatos a reitor as principais demandas dos professores que procuram a assessoria jurídica da AdUFRJ;

10/8/23 - agenda em Brasília nos ministérios do Planejamento e da Fazenda e com o senador

Omar Aziz (PSD) para suprimir um artigo de projeto de lei que prejudica servidores (leia mais na matéria da página 3).

PASSEIOS HISTÓRICO-CULTURAIS

A inédita iniciativa de conduzir grupos de professores em passeios histórico-culturais pela ci-

Desde a posse em 15 de outubro de 2021 até esta semana, são mais de 600 dias de uma agenda recheada de reuniões com parlamentares no Rio e em Brasília, participação influente nos eventos sindicais nacionais da categoria e apoio aos movimentos estudantis e populares. Mas não só. Durante o período, a diretoria também conseguiu ampliar os plantões de atendimento jurídico aos professores, quando precisou negociar a substituição da assessoria. Além disso, os sindicalizados ganharam novas opções de convênios e inéditas experiências com passeios histórico-culturais e um curso de inglês focado na conversação. “O acolhimento tem isso: construir um lugar para os professores se encontrarem e se sentirem fazendo parte de uma rede de apoio”, avalia Mayra. Confira a seguir as principais ações da gestão:

dade do Rio tem sido um sucesso. Até aqui, foram cinco excursões que encantaram os filiados:

29/4/23 - Visita guiada à Pequena África, na zona portuária;

27/5/23 - Segunda visita guiada à Pequena África;

30/6/23 - Passeio ao Real Gabinete Português de Leitura;

07/7/23 - Segundo passeio ao Real Gabinete Português de Leitura;

04/8/23 - Exposição sobre Frida Kahlo, no Forte de Copacabana.

ANDES

A diretoria do sindicato participou de todos os grandes eventos sindicais do movimento docente, sempre buscando mudar a postura isolacionista do Andes. A entidade nacional decidiu ficar isenta nas últimas eleições presidenciais, em posição contrária à da AdUFRJ, que defendeu o apoio imediato a Lula, por exemplo.

SINDICALIZAÇÃO

dez/22 - Desde o início da gestão, houve 199 novas filiações ao sindicato. Destas, 79 aproveitaram os benefícios da campanha de sindicalização lançada em dezembro do ano passado. Há um período de dois anos sem pagamento de mensalidade para os novos filiados assistentes e adjuntos (no magistério superior) e DI, DII e DIII (na carreira EBTT). Após os dois anos iniciais de carência, o novo filiado contribui com um percentual de 0,4% dos vencimentos a partir do terceiro e até o quarto

ano de filiação. Ao final do quarto ano, passa a colaborar com a contribuição cheia de 0,8%. No mesmo período, houve 121 desfiliações.



CAMPANHAS

abr/21 - No retorno presencial, a AdUFRJ saudou os docentes com a campanha “Professor Presente”. A diretoria esteve em diferentes unidades e centros com materiais de boas-vindas, após dois anos de atividades remotas;

mar/23 - no início do ano letivo, o sindicato espalhou pela universidade uma nova campanha para ouvir os docentes sobre as condições de trabalho na instituição: Respeitar a universidade é valorizar o professor.

CONVÊNIO

A AdUFRJ fortaleceu os convênios oferecidos. Eram 14 no início da gestão; agora já são 25, com serviços no Rio e em Macaé. No mais utilizado, da drogaria Raia — firmado há um ano —, os docentes já realizaram 1.312 compras com desconto.

BALANÇO DA GESTÃO 2021-2023



PLANO DE SAÚDE

set/22 - A AdUFRJ foi decisiva na negociação entre a Qualicorp (uma administradora de benefícios que firma convênios com o MEC) e a UFRJ. O acordo foi assinado em setembro do ano passado. Já a partir de outubro, a AdUFRJ criou um plantão para esclarecer os sindicalizados sobre os novos planos de saúde oferecidos pela universidade. Houve 75 atendimentos presenciais agendados, fora os esclarecimentos feitos por telefone.

ATOS

26/10/21 - participação no protesto contra cortes no orçamento do CNPq, em frente à Fiocruz;

01/5/22 - Primeiro Dia dos Trabalhadores presencial desde o início da pandemia, no Aterro do Flamengo;

25/6/22 - UFRJ na praça: a universidade saiu dos seus muros, cruzou a Zona Norte e pôs no Parque Madureira em Madureira, organizado pela AdUFRJ;

11/8/22 - Leitura da Carta pela Democracia, em defesa das eleições, nos pilotos do bloco A do Centro de Tecnologia;

16/7/23 - participação no Domingo com Ciência, na Quinta da Boa Vista. O evento fez parte das comemorações pelo Dia Nacional da Ciência.

CURSO DE INGLÊS

8/8/23 - Em mais uma inovação do mandato, a AdUFRJ

organizou um curso de inglês focado na conversação. Diante da procura, foram abertas quatro turmas de quatro alunos. Ainda assim, 25 professores ficaram na lista de espera.

ACOLHIMENTO

10/4/23 - café da manhã para aposentados, no Fórum de Ciência e Cultura: as assessorias jurídica e de planos de saúde ficaram à disposição dos docentes para esclarecer dúvidas e apresentar os serviços oferecidos pela AdUFRJ. Também houve apresentação dos convênios;

02/8/23 - Festa final feliz, na Casa da Ciência: para os professores “recarreguem as baterias”, no recesso acadêmico.

JORNAIS

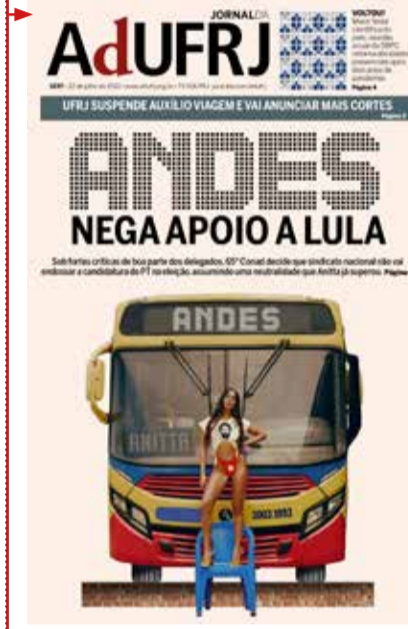
Todas as semanas, os professores podem acompanhar as ações do sindicato, os principais acontecimentos da universidade e a repercussão de tudo relacionado à Ciência e educação superior no Jornal da AdUFRJ. Ao longo da atual gestão, foram 85 edições, contando com esta. Destaque especial para:

14/4/22 - nº 1.223: retorno às aulas presenciais;

22/7/22 - nº 1.237: crítica à neutralidade do Andes na eleição presidencial;

27/10/22 - nº 1.251: professores de várias áreas tiram fotos fazendo o “L” antes da eleição;

16/11/22 - nº 1.253: reportagem exclusiva denunciou uso privado do campo da Educação



Física, na Praia Vermelha;

15/6/23 - nº 1.277: matéria revela as belezas do Real Gabinete Português de Leitura.

JURÍDICO

O período ficou marcado pela troca de escritório jurídico a serviço do sindicato. Desde julho deste ano, a tarefa está sob a responsabilidade da Lindenmeyer Advocacia & Associados. Os plantões de atendimento aos filiados foram ampliados de dois para três dias por semana (terças, quartas e quintas), com turnos pela manhã e à tarde. Até esta semana, já houve 216 atendimentos. No site do sindicato, na aba “serviços”, clique em “atendimento jurídico” para conhecer algumas frentes de atuação do escritório.



18/11/21 - AdUFRJ entrou na Justiça contra liminar que impôs o retorno presencial imediato e inseguro das aulas na UFRJ;

mai/22 - Atrasados da GED: Uma disputa judicial de 18 anos chegou ao fim, com desfecho favorável a professores que se aposentaram até junho de 2007

19/12/22 - A AdUFRJ ingressou com ação na justiça para garantir o pagamento dos adicionais ocupacionais a professores que tiveram o direito cortado ou negado indevidamente, por falhas da UFRJ;

20/7/23 - Ação dos 3,17%: aproximadamente dois mil professores que faziam parte da carreira entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001 — ou, pelo menos, por uma parte deste período —, tem direito ao reajuste, ignorado no governo FHC. Até o dia 9, a assessoria recebeu 307 procurações;

26/7/23 - Progressões: diretoria entregou à pró-reitoria de Pessoal um requerimento produzido pela assessoria jurídica para mudar as regras internas das progressões e promoções.

DOAÇÕES

A solidariedade é outra marca da gestão. Até o fim de julho de 2023, foram investidos mais de R\$ 140 mil em apoio a atividades de movimentos sociais, estudantis e populares:

23/10/21 - A primeira doação contribuiu para a realização de um ato do DCE contra o governo Bolsonaro, em 23 de outubro de 2021;

17/02/22 - O maior valor foi destinado à compra de água mineral para os desabrigados das enchentes de Petrópolis (R\$ 11.773,44).

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

Coordenado pela AdUFRJ, o Observatório do Conhecimento manteve intensa agenda no período. A rede de associações e sindicatos docentes que defende a universidade pública e a liberdade acadêmica realizou eventos, produziu documentos e dialogou com parlamentares e ministros do governo Lula. Veja as principais ações:

abr/22 - lançamento do filme “Ciência: luta de mulher”, que conta a história de quatro pes-

quisadoras de diferentes regiões do Brasil;

mai/22 - Balanço do Orçamento do Conhecimento mostrou que o Brasil perdeu R\$ 83,8 bilhões no orçamento federal da Educação Superior e da Ciência, desde 2015;

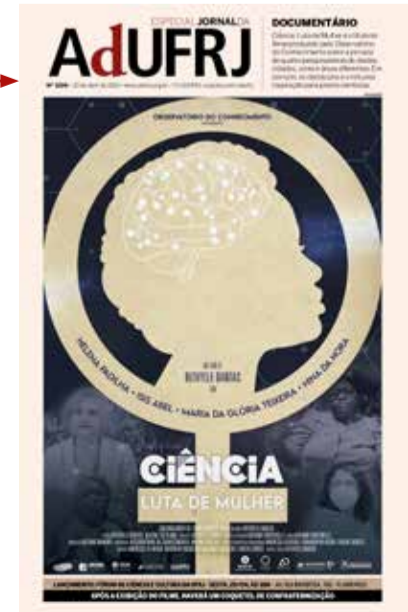
mai/22 - Observatório participou de campanha em defesa da lei de cotas, que completou 10 anos em 2022;

jul/22 - O Observatório do Conhecimento, o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) e o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade da SBPC apresentaram a primeira fase de resultados da pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?”, que trouxe dados alarmantes sobre a segurança para se fazer Ciência no Brasil;

out/22 - Pacto pelo Conhecimento: Observatório convidou candidatos ao Legislativo a assinar um compromisso de cinco pontos, incluindo a recomposição do orçamento do conhecimento e o reajuste dos valores das bolsas de pesquisas;

abr/23 - lançado, em Brasília, um relatório cobrando o fortalecimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNA-ES). O documento foi entregue a parlamentares, membros do Executivo e representantes de entidades ligadas à Ciência;

jul/23 - Observatório entrega ao ministro da Educação, Camillo Santana, a proposta de incluir no programa Minha Casa Minha Vida uma modalidade voltada à habitação estudantil.



#OrgulhoDeSerUFRJ



FRIDA NO FORTE



Visita organizada pela AdUFRJ à exposição de Frida Kahlo encantou sindicalizados. Próximo roteiro será no Palácio Tiradentes. Participe!

IGOR VIEIRA
comunica@adufrrj.org.br

Os sindicalizados da AdUFRJ se maravilharam com a história da artista Frida Kahlo, na sexta-feira, 4, em mais um passeio cultural organizado pelo sindicato. Além da intensidade da obra da mexicana, os visitantes vibraram com a beleza do cenário, o Forte de Copacabana. “São dois espetáculos, um criativo e um natural”, elogiou o professor do Instituto de Microbiologia, Maulori Cabral.

O formato de “Frida Kahlo: Uma Biografia Imersiva” reproduz o de exposições sobre Monet e Van Gogh que passaram pela cidade do Rio, com projeções de vídeos artísticos e documentais; obras visuais; música;

ambientes digitais e fotografias relacionadas aos temas da vida da artista.

O professor Maulori não tinha certeza se a exposição viria ao Rio. “Ouvi falar que seria só em São Paulo. Quando recebi o convite da AdUFRJ, não titubeei! Foi uma união do útil ao agradável. Eu tinha tanto interesse em ver que estava até cogitando viajar para São Paulo só para isso”.

O docente afirmou que a mostra “superou as expectativas”, e ao terminar a entrevista, depois do passeio, correu para assistir ao pôr do sol na praia. Antes, porém, brincou que queria “uma cadeira cativa” nos próximos passeios da AdUFRJ.

Quem tem, praticamente, uma cadeira cativa nos passeios é a professora Carmen Macedo, da Faculdade Nacional de Direito, que esteve em todos os três roteiros. “Sempre que puder, vou participar”, afirmou. “Gosto muito da iniciativa, e foi uma grande oportunidade conseguir vaga para o passeio de hoje, porque as vagas se esgotaram muito rápido”.

A professora confessou a timidez de ir sozinha à exposição. “Estou de férias, mas é difícil organizar uma família grande

para sair. Então, acabou sendo uma ótima oportunidade de vivenciar com os outros professores essa proposta cultural da AdUFRJ”, explicou.

Carmen elencou os pontos positivos da mostra biográfica: “Na exposição, somos bombardeados pela riqueza de emoções e sensações de Frida Kahlo, o que nos dá a impressão de estarmos vivendo com a artista”, disse. “Ao sair da exposição, somos recebidos pela calmaria do mar. São duas experiências visuais que se completam”, finalizou.

A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, acompanhou o passeio. “O passeio no Forte mostra que devemos tirar um tempo da nossa rotina de trabalho para aproveitar o Rio, que tem essas maravilhas. Senão, nós só ficamos com a parte ruim, como a violência”, explica.

A companhia também faz toda diferença. “Ao se conhecer e socializar, os professores vão criar laços para se apoiar em momentos de adversidade e encontrar sinergia entre suas áreas de pesquisa. Essa é uma das funções do sindicato e uma das diretrizes da nossa gestão”, disse.



PRÓXIMO ROTEIRO

O quarto roteiro da série de passeios da AdUFRJ terá foco no Palácio Tiradentes (Alerj), revelou a vice-presidente Mayra. “A ideia da visita ao Palácio vem da importância de termos atenção à história política do Rio de Janeiro”, explicou Mayra. “Às vezes, a UFRJ se coloca em um lugar muito nacional, e esquece que está situada em um território específico”, completou.

INSCRIÇÃO: pelo e-mail adufrrj@adufrrj.org.br

O QUÊ: O Rio que se esconde no Rio: conhecendo os Palácios da cidade.

ENCONTRO: Sexta-feira, 18 de agosto, às 13h30, no Palácio Pedro Ernesto (Câmara dos Vereadores).

ONDE: Os pontos do passeio são o Teatro Municipal, Buraco do Lume, Palácio Pedro Ernesto (visita exterior) e Palácio Tiradentes (visita interior), entre outros.

QUEM: 25 vagas gratuitas para sindicalizados e acompanhantes.

GUIA: Douglas Libório, ex-aluno UFRJ, mestrando pela UFF, professor da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro e do Centro Universitário Celso Lisboa.



#OrgulhoDeSerUFRJ

Segundo semestre inicia com professores exaustos

> Curto período de recesso não foi suficiente para organizar a rotina após a sobrecarga de atividades acadêmicas para fechar 2023/1. Sem descanso, docentes revelam preocupação com a saúde

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O trabalho do professor não se resume à sala de aula. A afirmação, em bora óbvia, precisa ser reforçada em tempos de sobrecarga laboral. Sobre tudo quando não sobra tempo para o básico: o descanso. Exaustos com um primeiro semestre intenso, os docentes não tiveram tempo para recarregar as energias no recesso de julho.

“Muitas pessoas acham que dar aula oito horas por semana se resume ao trabalho didático do professor. E não é assim”, adverte o professor Antonio Mateo Solé Cava, do Instituto de Biologia. “Especialmente no início do período, quando a gente tem que preparar todo o curso, todo o material de produção, fazer a distribuição de aulas e tudo mais; e no fim, quando a gente tem que corrigir trabalhos, lançar notas. Então, esse intervalo entre o fim do curso e o início do período não pode ser curto”, argumenta. “São justamente os dois momentos mais trabalhosos, mais estressantes na vida de um professor”.

O ideal, de acordo com o docente, é uma janela de três a quatro semanas de recesso para que os professores consigam dar conta de todas as atividades acadêmicas e descansar. No entanto, Antonio Sole reconhece que a universidade tem tido dificuldades desde a pandemia para ajustar o calendário. “A gente está até hoje tentando recuperar o período atropelado pela

pandemia, então não sei dizer se o atual calendário poderia ter sido construído de outra forma”, pondera. “Mas é importante deixar claro que o recesso não pode ser curto porque, de fato, pode trazer muito estresse para os professores”.

Estressante e exaustivo, na opinião da professora Nedir do Espírito Santo. “Conheço muitos colegas que só conseguiram terminar de lançar nota no último dia 5 e na quinta-feira (10) já estavam em sala de aula novamente”, revela a docente do Instituto de Matemática e presidente da AdUFRJ.

Como dirigente sindical, a professora vê com preocupação um período tão curto de intervalo entre os semestres letivos. Em que pese a tentativa de ajustar o

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Doze mil, setecentos e cinquenta e quatro alunos aprovados para a maior universidade federal do Brasil abriram mão de suas graduações desde que a pandemia de covid-19 se instalou no país. Desses, cinco mil ingressaram por ações afirmativas e, por conseguinte, são mais dependentes de políticas de permanência e assistência estudantil. O dado alarmante foi informa-



do pelo reitor Roberto Medronho, logo após sua cerimônia de posse. Oficialmente há pouco mais de um mês no cargo, Medronho afirmou que a prioridade zero de seu mandato é a assistência estudantil. “Nós precisamos fazer com que o aluno que entra na universidade não saia. Só com o diploma! A evasão escolar é um combate imediato”, disse.

A equipe da reitoria faz um levantamento, de acordo com o dirigente, das informações de contato desses estudantes para buscar ativamente todos os que trancaram seus cursos durante a pandemia. “Queremos convidá-los a retornar à universidade. Queremos que eles concluam sua formação. Um aluno que

entra para esta universidade por ações afirmativas muda a sua vida, muda a vida da sua família e muda a vida da sua comunidade, da sociedade. Por isso nós temos que ter toda atenção e carinho para isso”, avaliou Medronho.

O reitor afirmou buscar soluções para um grande gargalo quando o tema é assistência estudantil: a oferta de bolsas de permanência. “Estamos buscando parcerias para a manutenção de bolsas – inclusive com o setor privado – já que as bolsas do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) ainda não existem em quantidade necessária”.

Medronho garantiu que a UFRJ fará de tudo para que esses alu-



Conheço muitos colegas que só conseguiram terminar de lançar nota no último dia 5 e nesta quinta-feira (10) já estavam em sala de aula novamente

NEDIR DO ESPIRITO SANTO
Presidente da AdUFRJ

lançamento de notas após essa data”, conta. “Foi um período intenso e exaustivo para o corpo docente, especialmente para os que atuam na pós-graduação ou em ações de extensão”, diz a professora.

A dirigente pontua, ainda, que a aprovação do calendário nos colegiados da universidade aconteceu após consulta aos estudantes. “O elemento determinante foi a consulta realizada ao corpo discente. Havia duas possibilidades: final de 2023/2, antes do Natal, ou em janeiro de 2024. Ganhou a primeira opção”, diz. “Acho que esqueceram de comunicar, no entanto, que a diminuição do recesso de meio de ano poderia resultar no cansaço dos próprios alunos. E o corpo docente não foi consultado. Será que valeu a pena?”, questiona.

A professora Danielle Corpas, de Teoria Literária, da Faculdade de Letras, é uma das que atuam na graduação e na pós-

graduação. Para ela, o descompasso entre os calendários dos dois segmentos é um agravante para a sobrecarga de trabalho. “A pós começou muito antes, então, embora a graduação estivesse de férias, nós já estávamos trabalhando há muito tempo”.

Em 2023/2, a professora trabalha com dois monitores e destaca a preocupação com a saúde de seus colegas e dos estudantes. “Os alunos ficam muito exauridos também. Se o recesso for muito curto, como este que acabou de terminar, ninguém consegue descansar”.

Ela sugere mais atenção com a elaboração dos próximos calendários. “Sem dúvidas, é preciso ter cuidado, porque a sobrecarga pode repercutir na saúde física e mental de professores e estudantes. Pode impactar, inclusive, na construção do conhecimento”.

O professor Eduardo Bastian, do Instituto de Economia, concorda. “O intervalo curto é muito complicado. Nosso trabalho acadêmico acontece muito além da sala de aula: bancas, correções, apresentações. A gente não para quando o semestre termina”, reforça. “No momento em que a gente consegue fechar as nossas atividades, já está na hora de voltar”, constata o professor.

Além de todas as atividades diretamente relacionadas à graduação e à pós-graduação, o professor participou de dois eventos internacionais no recesso. “Certamente no final do ano estarei ainda mais cansado e obviamente existe o risco dessa exaustão impactar na minha saúde física e dos meus colegas”.

ajudar inicialmente focando nas ações afirmativas, nos alunos que precisam de bolsa-permanência, para que nós consigamos formar todos esses estudantes”.

O reitor também informou que está em conversas avançadas com o prefeito Eduardo Paes para transformar prédios vazios do Centro do Rio de Janeiro em dormitórios para estudantes universitários. “Com a pandemia, vários edifícios próprios do governo federal foram desocupados. Estamos negociando um local no Centro. Precisamos formar cidadãos éticos, compromissados e competentes. Essa é nossa missão. Para isso, precisamos investir em assistência estudantil e nas nossas estruturas”.

Em todos os países do mundo desenvolvido, isso ocorre. Estou instando o setor produtivo a nos

AULAS SOB ATAQUE

> Governo do bolsonarista Tarcísio de Freitas em São Paulo anuncia fim dos livros impressos e vigilância de professores em sala pelos diretores. MP investiga e especialistas criticam as medidas

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufRJ.org.br

Em menos de dez dias, o governo de São Paulo anunciou duas medidas na área de Educação que valem por décadas de retrocesso. A primeira, de 28 de julho, determina que os diretores vigiem os docentes em sala de aula e produzam relatórios bimestrais. Na segunda, divulgada no início de agosto, o governo abre mão dos recursos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC e passa a usar livros didáticos digitais com conteúdo próprio. Tão extraordinária quanto a capacidade de produzir retrocessos em tão pouco tempo foi a reação negativa de especialistas às duas medidas.

“O anúncio do material didático digital foi criticado por dez entre dez especialistas em Educação. Você não precisa abrir mão do livro didático para ter o recurso digital em sala de aula. Nem vice-versa. Não há dicotomia. Não faz o menor sentido abrir mão dos livros do PNLD, que são revisados por especialistas sérios, com editais detalhados, financiados por recursos federais. Substituir isso por material digital e dizer depois que ele será impresso para as escolas é de uma irracionalidade brutal”, criticou o professor Fernando Cássio, da Universidade Federal do ABC e estudioso de políticas educacionais.



VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Tão logo a decisão de abolir os livros didáticos impressos foi anunciada pelo governo do

bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), o Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito para apurar a decisão. “Há uma potencial restrição da liberdade de cátedra dos professores, diante da provável limitação de escolha e padronização do material a ser disponibilizado pelo Estado de São Paulo em comparação com a pluralidade dos títulos disponíveis pelo PNLD, com possível violação aos princípios constitucionais da liberdade de ensinar e do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”, alertou a promotora Fernanda Peixoto Cassiano, que assina o documento.

Ao fazer o anúncio no início de agosto, o secretário de Educação, o empresário Renato Feder, defendeu assim a decisão. “A aula é uma grande TV, que passa os slides em PowerPoint, alunos com papel e caneta, anotando e fazendo exercícios. O livro tradicional, ele sai”.

Enquanto o programa federal oferece uma lista de obras didáticas e permite que professores e diretores escolham com quais livros querem trabalhar, o material preparado pela Secretaria de Educação é padronizado para todas as escolas. A rede tem 3,5 milhões de alunos e 250 mil professores.

Diante da repercussão negativa, o governo paulista recuou. Mas nem tanto. Tarcísio de Freitas declarou que o material digital será impresso e ficará à disposição dos alunos. Mas o governo manteve a decisão de não adotar os livros do PNLD. O secretário Renato Feder convocou uma coletiva no início desta semana para dizer que a opção de ficar fora do programa federal se baseia no fato de que “os livros do MEC não podem ser grifados pelos alunos”, já que são reaproveitados por outras turmas nos anos seguintes.

O professor Fernando Cássio considera insustentáveis as alegações do governo paulista. “O que tem circulado nas escolas



de Ensino Médio são conjuntos de slides, de Power Point, de baixíssima qualidade, com conteúdo retirado de plataformas de internet”, apontou. Segundo ele, países que passaram a adotar material 100% digital nas escolas recuaram.

A Suécia é um exemplo. O país vinha substituindo os impressos por materiais digitais ao longo dos últimos 15 anos, e fazendo pesquisas para aferir a eficácia dessa substituição. Em artigo escrito em dezembro do ano passado a um jornal de Estocolmo, a ministra da Educação e Pesquisa da Suécia, Lotta Edholm, revelou que as pesquisas mostraram prejuízos ao processo educacional dos alunos sem os impressos. Em maio deste ano, a Suécia anunciou investimentos anuais de R\$ 315 milhões para a compra de livros didáticos em papel.

Para o professor Fernando Cássio há ainda um conflito de interesses. “A medida embute um interesse de mercado. Temos um secretário de Educação que não é um educador, é um empresário do ramo de tecnologia, acionista de uma empresa que vende equipamentos para o governo de São Paulo. Faz prospecção de negócios como secretário de Educação. E não só para agora, mas para o futuro”, alertou. O MPSP investiga esse eventual conflito de interesses (veja matéria abaixo).

O aparente recuo do governo paulista é visto com cautela por

Fernando Cássio. “O governo usa táticas bolsonaristas, isso tem sido feito sistematicamente desde que Tarcísio de Freitas assumiu. Faz um anúncio, testa a repercussão, faz outro anúncio, muda de ideia, e assim por diante”, detectou o professor.

O Jornal da AdUFRJ encaminhou pedidos de esclarecimentos ao governo de São Paulo sobre as duas medidas. Mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno (prática também consagrada pelo governo Bolsonaro).

MONITORAMENTO

Se recuou, ao menos parcialmente, na questão dos livros didáticos, o governo paulista não dá mostras de arrependimento em relação à vigilância dos professores. Mesmo com as críticas em peso, a portaria continua de pé. “É uma aberração sob todos os pontos de vista. Do ponto de vista legal, viola o princípio constitucional de liberdade de cátedra. No aspecto pedagógico, é totalmente contrário ao princípio da gestão democrática, consagrada na Constituição de 1988, e consolidada na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. E tem um viés autoritário inequívoco”, resumiu Ana Lúcia Fernandes, professora da Faculdade de Educação e diretora da AdUFRJ.

Além do viés autoritário, segundo Ana Lúcia, há também um viés ideológico. “A educação é um pacto social amplo e isso parece ser a vontade de um grupo de fiscalizar o que o professor ensina em sala de aula. Essa proposta coloca o professor como um executor de uma proposta que vem de cima para baixo. E transforma os coordenadores e diretores em fiscais. O argumento de que a medida é em favor da eficiência é uma falácia. Já existe um mecanismo para averiguar isso, que são as provas. Nada justifica que um monitoramento persecutório cumpra esse papel”, observou.

O presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Fábio Moraes, disse que os professores vão se mobilizar para derrubar a medida. “É absolutamente arbitrário esse negócio de colocar diretor de escola vigiando professor e produzindo relatório. Isso é bizarro. O objetivo dessa portaria não é dar suporte. É de colocar o terror”, denunciou Fábio.

Para o sindicalista, a medida é nefasta tanto para o professor quanto para o diretor. “Veja o lado do diretor que está numa escola onde não tem merendeira, pois é terceirizada e não recebe o salário, onde faltam professores porque não tem concurso, onde tem goteira e falta papel no banheiro. Esse diretor ainda é obrigado a ir para a sala de aula vigiar professor e fazer relatório. Tudo para checar se o professor está dando em aula aquele pensamento único que eles querem impor, com a retirada do material didático do PNLD. É tudo pensado. Fere a nossa liberdade de cátedra”, argumentou.

O sindicato convocou um ato contra as medidas na próxima quarta-feira, às 16h, na Praça da República, região central de São Paulo. E recomendou que cada manifestante leve um livro.

Na quinta-feira (10), o PSOL protocolou uma representação no Ministério Público de São Paulo pedindo nova investigação contra a Secretaria de Educação por violação à privacidade de professores e alunos da rede estadual. Sem autorização, a secretaria instalou o aplicativo “Minha Escola” nos celulares conectados ao seu sistema. O aplicativo é usado para alunos verificarem notas e faltas e pode captar dados pessoais dos usuários, o que contraria a Lei Geral de Proteção de Dados. Foi a terceira medida polêmica, para dizer o mínimo, em pouco menos de 15 dias. É realmente extraordinário.

FEDER: ATUAL SECRETÁRIO, QUASE MINISTRO, SEMPRE EMPRESÁRIO

O MPSP instaurou em março uma investigação sobre eventual conflito de interesses em contratos da Secretaria de Educação do estado. O procedimento tem como foco o secretário Renato Feder, que é acionista da Dragon Gem LLC, offshore com sede no estado norte-americano de Delaware, conhecido paraíso fiscal. A Dragon detém 28,16% das ações da Multilaser Industrial S.A., empresa que fornece notebooks e tablets para a



Secretaria de Educação, comandada por Feder. Firmados em 2022 — portanto antes do início

da atual gestão —, os contratos movimentam cifras em torno de R\$ 200 milhões.

O empresário que comanda a pasta da Educação do governo paulista já ocupou o mesmo cargo no Paraná, onde se destacou por promover a maior ampliação da rede de escolas cívico-militares do país — um dos “feitos” do governo Bolsonaro na área da Educação: 195 escolas estaduais passaram a adotar o modelo. Além disso, sob a batuta do governador bolsonarista Ratinho

Junior, Feder abriu editais para a gestão de escolas públicas por empresas e fundações educacionais. Mais: por meio da faculdade privada Unicesumar, a secretaria passou a oferecer teleaulas para o ensino médio profissionalizante.

Talvez por conta desse seu desapego ao ensino público, Feder quase foi alçado à condição de ministro da Educação no governo Bolsonaro, para suceder Carlos Alberto Decotelli, que durou poucos dias no cargo por fraudar seu currículo.

A sua “nomeação” chegou a ser anunciada pela deputada bolsonarista Bia Kicis em seu perfil no Twitter em 3 de julho de 2020. A tática bolsonarista de vazar o nome para aferir a repercussão foi fatal para Feder. A bancada evangélica e a seita olavista foram contra, e logo se descobriu que o empresário fora um dos mais generosos doadores para a campanha do governador João Dória, em São Paulo, inimigo de Bolsonaro.